

DOIS EXCERTOS DE "DA PROPAGANDA À PRESIDÊNCIA" (Campos Sales)

Nascido em Campinas a 13 de fevereiro de 1841, Manuel Ferraz de Campos Sales iniciou sua carreira política pouco depois de diplomado pela Faculdade de Direito de São Paulo. Deputado provincial em 1867, vereador à Câmara de Campinas em 1872 e novamente deputado de 1881 a 1889. Teve intensa participação na propaganda republicana em São Paulo. Proclamada a República, foi o primeiro titular da pasta da Justiça. Elegeu-se senador nas primeiras eleições realizadas no novo regime. Eleito presidente de São Paulo para o quadriênio 1896-1900, governou apenas dois anos, pois em 1898 foi eleito para a presidência da República. Dois fatos assinalaram fundamentalmente sua administração: a restauração das finanças e a chamada "política dos governadores", que ditou normas para o comportamento político durante quase toda a Primeira República. Terminado seu período de governo, retirou-se da política, até 1910, quando viu-se eleito para o Senado Federal, posto em que a morte o colheu, em Santos, a 28 de junho de 1913. Mais homem de ação que de pensamento (ao contrário de seu irmão Alberto Sales), deixou, contudo, um livro fundamental para a história da República no Brasil: *Da Propaganda à Presidência* (São Paulo, 1908), do qual extraímos dois excertos.

1 — A Propaganda Republicana e a Evolução nos Espíritos

Nos últimos tempos do Império já o partido republicano de São Paulo representava uma poderosa força política pela sua vigorosa organização, pela sua admirável disciplina, pela sua inquebrantável coesão, e, sobretudo, pelo prestígio moral que lhe davam os seus grandes e sucessivos triunfos; atestava-o a presença dos seus representantes em todos os cargos eletivos, inclusivamente no parlamento nacional. A sua direção era confiada a uma Comissão Permanente, da qual era o presidente. Isto explica a necessidade que ocorreu aos chefes republicanos residentes na capital do Império de se collocarem em correspondência assídua com os correligionários de São Paulo, desde que se iniciou o movimento conspirador, que visava a proclamação da República. Assim também se acentuava desde logo o intuito de instituir um governo civil, uma vez triunfante a revolução.

No dia 6 de novembro de 1889, recebi uma carta de Aristides Lobo, na qual me dava parte do que se passava no Rio de Janeiro, das confabulações entre os republicanos e algumas altas patentes do Exército, e me prevenia para que dispuzesse os elementos paulistas de modo a poderem intervir com eficácia no momento oportuno, visto que, ponderava ele, o movimento revolucionário ganhava terreno e tudo indicava a proximidade da ação decisiva. Procurei imediatamente, como me cumpria, Bernardino de Campos e Rangel Pestana, a fim de inteirá-los de tudo, e sem perda de tempo telegrafei a Francisco Glicério, em Campinas, e a Prudente de Moraes, em Piracicaba, dizendo-lhes que motivos urgentíssimos exigiam, na capital da província, a sua presença para assunto da maior gravidade.

Ao primeiro acrescentei que viesse preparado para seguir imediatamente para o Rio. Glicério veio e partiu. Prudente de Moraes telegrafou-me: “Só posso ir amanhã, sendo indispensável”. Repliquei que era indispensável, e ele efetivamente veio no dia seguinte.

Entretanto, começávamos a celebrar reuniões secretas, nas quais nos ocupávamos detidamente dos meios de secundar a revolução, promovendo em São Paulo a organização dos elementos de ação e até do seu governo futuro.

Entre outras providências, coloquei-me em secreta inteligência com alguns dos oficiais do 10º de cavalaria, que se achava de guarnição na capital paulista. Favoreceu-me o acesso ao respectivo quartel uma carta do bravo militar, hoje general, Antônio Adolfo da Fontoura Mena Barreto, apresentando-me a um seu parente, alferes do mesmo corpo. Outra carta de Quintino Bocaiuva, que era então chefe oficial do Partido Republicano Brasileiro, por investidura do Congresso Republicano Federal, confirmava as informações já recebidas. Esta carta foi-me entregue por Medeiros e Albuquerque, que vinha encarregado de prestar esclarecimentos de viva voz. De novo escreveu-me Aristides Lobo, em data de 10 de novembro, dizendo-me, entre outras particularidades, o seguinte: “Estamos em atividade, e cumpre trabalhar aí sem descanso. Glicério não telegrafou porque não é o caso disso agora. Acho conveniente que você mande chamar o Presidente e o ponha ao fato de tudo. Ele deve ficar apercebido, bem como você, de que em momento dado podem ser precisos aqui. Amanhã devemos saber o que houver de definitivo”.

Como medida de precaução, adotamos em São Paulo uma chave telegráfica para nos entendermos com o Rio de Janeiro, sem risco de sermos descobertos ou de descobrirmos os nossos companheiros. Por esse tempo andavam em grande atividade os empréstimos sob garantia de hipoteca ou penhor agrícola por intermédio de bancos designados pelo governo para a prestação de auxílios à lavoura. Foi em torno dessa medida governamental, destinada a gerar simpatias para o trono, que os republicanos

organizaram a sua chave telegráfica. Entre outras combinações, ficou assentado o seguinte: **Banco**, significava exército; **transação**, revolução; **penhor agrícola**, 10^o de cavalaria, etc.

Dada esta combinação, recebi a 12 de novembro, do Rio, o seguinte telegrama de Glicério: "Banco aceita transação. Mande notícia penhor agrícola". Traduzido, continha esta notícia decisiva: "Exército resolvido a fazer revolução. Mande notícia a 10^o de cavalaria".

Por esta forma os republicanos paulistas acompanhavam de perto o movimento revolucionário e eram informados das particularidades ocorrentes, o que os habilitava a tomar as deliberações que as circunstâncias reclamavam. No dia 15 de novembro, um telegrama de Santos, recebido ao meio dia, perguntavam-se **o que se passava no Rio**. Compreendi que do que se tratava era positivamente da revolução, que, em vista daquela pergunta, julguei haver estalado na sede da monarquia. Corri ao telégrafo nacional e os empregados informaram-me que a linha estava interrompida desde cedo. No entanto, a multidão agitava-se nas ruas, crescendo a ansiedade geral ante as notícias incompletas que chegavam, notícias que, para muitos, indicavam apenas uma crise a resolver por uma simples mudança de ministério, mas que para os republicanos, informados, como estavam, prenunciavam a proclamação da República. De fato, às duas horas e meia, recebi de Santos o seguinte telegrama do considerado chefe republicano Silva Teles, informando dos sucessos do Rio pelo cabo: "Consta tudo feito na corte de modo completo e definitivo. Telégrafo não aceita notícias mais desenvolvidas".

Estas particularidades seriam, talvez, escusadas, se não servissem para pôr em relevo que coube ao elemento republicano exercer na revolução de 15 de novembro de 1889. A propaganda republicana operara a evolução nos espíritos: a revolução armada veio à hora justa de remover os obstáculos materiais.

(Da Propaganda à Presidência, p. 42-46)

2 — É cedo para termos perdido a lembrança do passado

Desde que foi derrocado o antigo regime e tomou consistência na constituição moderna dos povos o sistema representativo, todas as formas de governo livre não são, na sua multiplicidade, senão outras tantas modalidades daquele sistema. Tanto se assemelham, umas às outras, na sua estrutura institucional as monarquias constitucionais, como entre si as re-

públicas unitárias ou as repúblicas federativas. Pouco vale, portanto, aprofundar pesquisas especulativas para apurar o que possa existir de adaptação no nosso organismo político. É fácil encontrar pontos de semelhança, principalmente com as constituições americana, suíça e argentina. O que interessa saber é, sim ou não, se o regime federativo é adaptável ao nosso país, visto ser este o ponto de preferência alvejado pelos adeptos da revisão constitucional.

Ninguém contesta que entre os Estados da Federação sejam fundamentalmente os mesmos os costumes, as tradições, a língua, a coloração moral e as **grandes aspirações nacionais**. O que, porém, igualmente não oferece contradita é que a solidariedade étnica se acha mais ou menos profundamente perturbada pela disparidade, senão antagonismo dos interesses peculiares às regiões em que se divide o vasto território nacional. Dessa manifesta ausência de coesão dos elementos econômicos e conseqüentemente das forças locais, resulta à toda evidência que não pode servir de garantia, à unidade nacional nem ao acordo dos **grandes interesses**, a existência de um poder supremo no centro, dominando, absorvendo e avassalando todas as energias da periferia. Essa garantia só se encontra na harmônica e espontânea cooperação com que cada uma dessas forças concorre, na esfera de sua ação autônoma, para o desenvolvimento da vida nacional. É nessa cooperação espontânea, sem antagonismos, que verdadeiramente se estabelece o acordo dos interesses gerais; é nela, portanto, que reside a única garantia sólida da unidade nacional. Cortar este laço de interesses, que fortifica a união moral dos diversos elementos em que se divide a nação, é criar todos os estímulos de desagregação e fazer gerar a aspiração separatista. Foi o que sucedeu nos últimos tempos do Império, surgindo à tona das agitações políticas o programa de federação, que aproximou alguns dos homens da monarquia aos propagandistas da república federativa.

(...)

Parece que é cedo ainda para termos perdido a lembrança do passado. Os que clamam apaixonadamente pelo unitarismo mostram ter perdido a memória dos fatos do Império centralizado, que despertaram ao senador Nabuco de Araújo o famoso sorites, síntese luminosa e pungentíssima do clamor nacional contra o opressivo centralismo monárquico, e inspiraram também ao inolvidável Tavares Bastos as páginas de apaixonada eloquência do seu livro monumental, **A Província**, eco vibrante das angústias das províncias do Império, aniquiladas e exaustas sob o jugo tirânico de mortífero centralismo. Os que hoje declamam contra o poder dos governadores dos Estados, esquecem, talvez, o que foram os famigerados **procônsules** de outrora, enviados às províncias, como meros agentes da política subalterna do governo imperial, com a missão de executar empreitadas eleitorais; à custa, embora, das mais bárbaras atrocidades.

É preciso recordar aos unitaristas de agora, que clamam contra a compressão de voto nos Estados, aquela política de abstenção que o governo do Império impôs aos partidos em oposição, desde que alcançou convencê-los da inutilidade da luta contra a baioneta da polícia e contra a garrucha do capanga. É em oposição a estas funestas tradições da monarquia centralista, a este ominoso legado de costumes, por nós recebidos do regime decaído, que se deve estimular a reação dos sentimentos populares e o estigma da opinião. Não é lógico atribuir às instituições o que não tem sido senão um vício radicado nos costumes.

Sustentei outrora que as instituições reformam os costumes. Hoje reconheço que nutria uma quimera, e estou com aqueles que pensam que "as mudanças sociais não se fazem a golpes de decretos". É certo, entretanto, que os costumes e instituições exercem entre si influência recíproca, e isto adverte que o papel do legislador é o de observador atento dos fenômenos sociológicos que se vão desenrolando no seu meio, a fim de intervir oportunamente e com eficácia, ou seja para reprimir instintos perversos, ou seja para abrir caminho às expansões de sentimentos altruísticos. A sofreguidão reformista, às mais das vezes, não concorre senão para introduzir a anarquia na legislação. A idéia da descentralização está no sentimento brasileiro, atesta-o a sua história. Cumpre deixá-la expandir-se ao calor vivificante da Constituição republicana.

(Da Propaganda à Presidência, 255-261)